



BOLETIM DA JUSTIÇA — E DOS — DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



EDIÇÃO Nº 05 - 2019



2019

ANO

DOS REGISTOS E NOTARIADO

Combate à corrupção e à impunidade

*Más práticas geram penalizações
nos serviços da Justiça*

Moção de reconhecimento e felicitações pela aprovação do Código Penal



A aprovação do novo Código Penal reveste-se de importância transcendental e representa uma conquista de largo alcance, no processo da codificação angolana.

O Código ora aprovado foi elaborado e trabalhado à dimensão dos valores e dos bens jurídicos consagrados na Constituição Angolana. Trata-se do primeiro Código Penal angolano, já que os códigos penais anteriores, tanto o de 1852, como o de 1886, foram aprovados no contexto da ordem colonial portuguesa.

Este facto histórico confere à aprovação do novo Código Penal uma dimensão política, de soberania nacional, pois reflete a realidade cultural, social, económica e política angolana, num trabalho realizado por especialistas renomados da nossa praça.

Para a elaboração do referido diploma, foi inicialmente constituída uma Comissão Técnica constituída pelos Srs. Drs. Vasco Grandão Ramos, Orlando Ferreira Rodrigues e Luzia Almeida Sebastião que precedeu a um diagnóstico da situação da legislação penal angolana.

A Comissão tomou por ponto de partida os importantes subsídios da autoria do Professor Doutor Jorge Figueiredo Dias, ilustre Professor Catedrático da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e entregou o seu trabalho ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos que, por seu turno, o acometeu à Comissão de Reforma da Justiça e do Direito.

Nos últimos três anos, o aludido trabalho foi aprimorado e consolidado pelo Grupo Técnico ad hoc afecto à Comissão de Reforma da Justiça e do Direito.

O novo Código Penal fica a dever-se, em larga medida, a reconhecida qualidade dos técnicos envolvidos na sua feitura e discussão.

Nestes termos, manifesto o reconhecimento do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos pelo feito conseguido e felicito a plêiade de juristas que estiveram envolvidos, nas deferentes fases deste processo, designadamente Os Srs. Drs. Vasco Grandão Ramos, Orlando Ferreira Rodrigues, Luzia Almeida Sebastião, Aniceto Aragão, Luís Mota Liz, José Ambrósio Eduardo Sambo, Pascoal António Joaquim, Itiandro Simões, Pedro Filipe, José Kiandara Campos do Nascimento e João Manuel Lourenço.

O Código Penal também contou, na fase derradeira conducente à sua aprovação no dia 23 de Janeiro de 2019, com as construções valiosíssimas dos integrantes de diferentes órgãos do Poder Executivo e da Assembleia Nacional, emprestando ao referido diploma legal uma dimensão Jurídico política de grande alcance.

Desta feita, distendo o preito e homenagem deste Ministério a todos os que, na fase final, se envolveram no debate que reverteu a benefício da melhoria das soluções propostas ab initio.

Francisco Queiroz

CAMPANHA PATERNIDADE RESPONSÁVEL 1º de Agosto e Petro de Luanda: juntos pelo registo de nascimento



A Federação Angolana de Futebol (FAF) e os dois maiores clubes de futebol angolanos, 1º de Agosto e Petro de Luanda, manifestaram, durante o clássico de sábado, 9 de Fevereiro, o seu compromisso com os esforços do Governo de Angola em registar todas as crianças.

Antes do início da partida, realizada no estádio 11 de Novembro, em Luanda, os jogadores dos dois clubes entraram em campo com a camisola da campanha e, diante de mais de 30 mil adeptos, os capitães leram uma declaração de apoio à iniciativa “Paternidade Responsável- Eu apoio.”

“Nós, os jogadores do Primeiro de Agosto e do Petro de Luanda, unimos-nos aos esforços de Angola para registar todas as crianças. Faça o mesmo. Registe já a sua criança. Ela tem direito a todas as oportunidades”, declararam os capitães.

Desta forma, as duas equipas e a FAF passaram a fazer parte do grupo de

aliados da campanha “Paternidade Responsável”, realizada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos com o financiamento da União Europeia e o apoio do UNICEF.

O evento foi testemunhado pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, pelas Ministras da Juventude e Desportos e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, pelos Secretários de Estado da Comunicação Social, dos Direitos Humanos e Cidadania, Família e Promoção da Mulher, pelo representante do UNICEF e por membros da sociedade civil.

Sobre a campanha

A campanha pretende promover a paternidade responsável em Angola, tendo como público prioritário homens com idades entre os 18 e 50 anos. Nesta primeira fase, o objectivo é encorajar os homens a registarem os seus filhos.

Em Angola apenas 25% das crianças até 5 anos de idades está registada. A

fuga à paternidade, tal como o abandono das crianças e a negligência familiar, e a falta de serviços em algumas localidades são factores que levam a baixa taxa de registo de nascimento.

A campanha Paternidade Responsável foi lançada no dia 12 de Dezembro de 2018 pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, e conta com a participação de figuras públicas como o músico Anselmo Ralph, o porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, Mateus Rodrigues, e os representantes de duas associações de taxistas de Luanda. Com esta iniciativa, a campanha terá como aliados os jogadores os clubes 1º de Agosto e o Petro de Luanda.

Felicitações e agradecimentos

Parabens aos colegas promotores desta excelente iniciativa, obrigado à Sra Ministra da Juventude e Desportos, à Federação Angolana de Futebol, ao UNICEF/UE e aos grandes clubes 1º de Agosto e Petro pela visibilidade que proporcionaram à campanha PATERNIDADE RESPONSÁVEL-EU APOIO, e pelo grande espetáculo desportivo a que assistimos. Todos juntos, cumprimos um dever cívico de grande alcance. Este é o nosso compromisso com as crianças, pela cidadania.

Bem hajam.

Francisco Queiroz

Estratégias analisadas em Conselho de Direcção

O ano dos registos e notariado



O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, propôs que o ano de 2019 fosse considerado “Ano dos Registos e Notariado”, perspectivando superar os problemas que a área enfrenta neste momento.

Na sua intervenção, na abertura da primeira sessão do ano do Conselho de Direcção do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, realizado no dia 29 de Janeiro de 2019, Francisco Queiroz referenciou a Direcção Nacional dos Registos e do Notariado e os Gabinetes dos Recursos Humanos e Jurídico como sendo as áreas que deverão merecer maior atenção em

2019.

No mesmo leque de preocupações foram apontadas as questões referentes ao acompanhamento às Delegações Provinciais da Justiça e dos Direitos Humanos, as boas práticas na contratação pública e a circulação documental.

O ministro Francisco Queiroz considerou o ano de 2018 como positivo em termos de transição para a nova era política, destacando alguns aspectos ocorridos nesse período, no que concerne as condições de trabalho, designadamente a realização do concurso público interno, o alargamento do subsídio a 1.387 funcionários do Tribunal Su-

premo, da Procuradoria-Geral da República e do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, a reforma do Cofre Geral da Justiça, o reforço da coesão, melhoria da imagem pública do sector da justiça, do ambiente de trabalho favorável graças as políticas inclusivas, transparentes e de maior interação.

O ministro destacou a estratégia dos Direitos Humanos, ainda em fase de consulta pública, a estratégia financeira para o sector da justiça aprovada pelo Presidente da República, a reforma do Cofre de Justiça, que corre muito bem, a reforma da Justiça e do Direito, bem como a aprovação do Código Penal e o sucesso registado ao nível do Projecto do Bilhete de Identidade integrado, que atingiu as melhores cifras em termos de resultados, organização e funcionamento.

A primeira reunião do ano 2019 do Conselho de Direcção do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos analisou, entre outros temas, as linhas de Força do Registo Civil para o Quinquénio 2019 a 2023; o relatório de actividades 2018; o plano de actividades 2019; o estado de implementação do programa de reforma da Caixa de Previdência; plano legislativo anual 2019; programa de acções da Direcção Nacional do Direitos Humanos; proposta de modelos de envelopes, capas de assuntos e cartões de recado, apresentados pela Imprensa Nacional; e o Relatório Estatístico do Gabinete de Inspeção.

Combate a corrupção e a impunidade

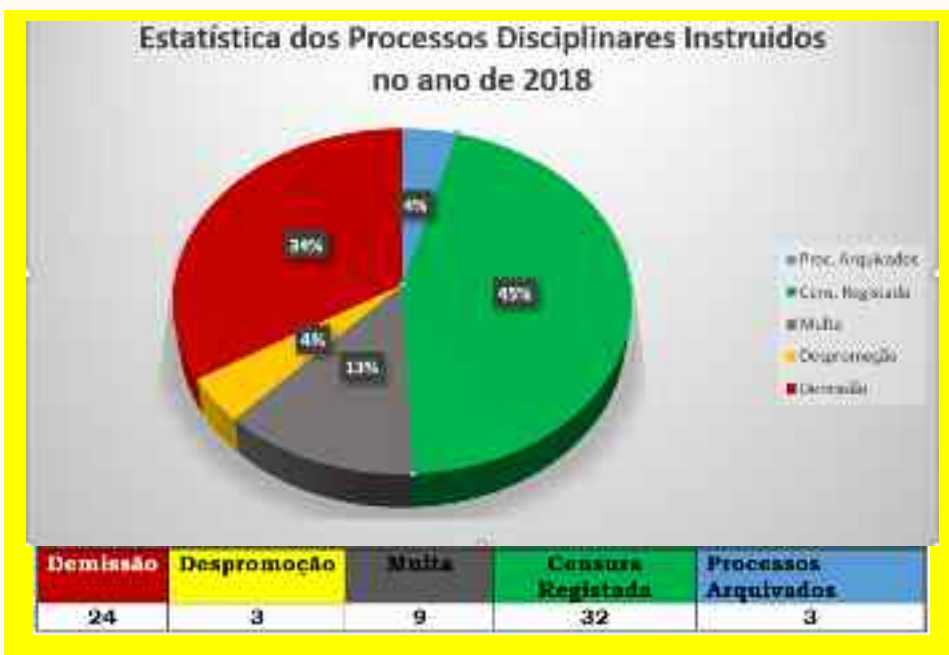
Más práticas no sector da justiça estão a merecer penalizações



Em 2018 foram instruídos um total de 71 processos disciplinares referentes a infrações relacionadas com a falta de assiduidade, falsificação de documentos, extorsão de valores,

peculato (utilização de dinheiro para fins próprios), desrespeito ao superior hierárquico e abandono de lugar.

Os serviços da justiça com maiores



números de arguidos são as Conservatórias, com um grau percentual de 42%, Arquivos de Identificação Civil e Criminal, com 32%, Cartórios Notariais, com 23%, e Tribunais, cerca de 3%.

A Província de Luanda sempre foi a maior na instrução Processual, a seguir as Províncias de Benguela, Cuando Cubango, Cabinda, Huambo, Cunene e Bengo.

Relativamente aos Processos Disciplinares Instruídos entre os anos de 2017 e 2018, houve uma redução percentual na ronda dos 17%. No caso dos processos que culminam em demissão nos dois últimos anos (35 em 2017 e 24 em 2018) houve uma redução percentual de 31% só nesta medida disciplinar.

O que quer dizer, que a cultura comportamental dos funcionários tem sido aceitável, visto que as infrações cometidas com maior incidência, reduziram substancialmente, e nota-se também um certo receio, por parte dos funcionários que muitas das vezes aceitavam propostas de utentes.

A redução percentual deu-se também devido ao combate cerrado contra a corrupção e o acompanhamento regular sistemático dos serviços.

O Gabinete de Inspeção a quando das visitas inspectivas às províncias tem realizado palestras, sobre o Código de Conduta, Regime Disciplinar dos funcionários Públicos e agentes administrativos, Lei da Probidade Pública, entre outras acções.

Irregularidades nos serviços

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos lança linha de denúncias



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

DENUNCIE
937 50 76 76
Diga não a corrupção

Se Presenciar
Algumas destas
Situações...

- Assédio
- Suborno
- Peculato
- Conflito de Interesses
- Nepotismo
- Tráfico de Influências

...Nossos Locais

- Conservatórias/Notários
- Postos de Identificação
- GUE's
- BUE's
- Sede do MJ/DH
- Tribunais

Os Nossos Valores: Transparência, Lealdade e Rigor



DIGA NÃO À CORRUPÇÃO.
ESTÁ NA SUA MÃO!

A SUA DIGNIDADE
NÃO É NEGOCIÁVEL.

Diga sim à TRANSPARÊNCIA,
à LEALDADE e ao RIGOR.

No âmbito da estratégia de moralização para o combate à corrupção e à impunidade, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos colocou à disposição do público o terminal telefónico número 937 507 676 para denúncias de práticas ilícitas nos serviços da justiça.

A implementação da Estratégia para o Combate à Corrupção e à Impunidade, desenvolvida pelo Sector da Justiça, aprovada pelo Presidente da República de Angola, João Manuel Lourenço, teve início aos 29 de Maio de 2018. A 1ª fase, já concluída na Província de Luanda, consistiu na realização de sessões de moralização a todos os funcionários do Sector da Justiça, sobre suborno, corrupção, conflito de interesses, nepotismo, tráfico de influên-

cia e refrescamento do Código de Conduta, para muni-los de ferramentas adequadas visando o auxílio na prevenção e no combate à corrupção e outras práticas ilícitas.

Paralelamente às sessões de moralização, foram colocados cartazes, roll-ups com dizeres contra a corrupção a 79 postos de atendimento dos 135 identificados (59%), com intuito de desencorajar as más práticas no local de trabalho por parte dos funcionários, assim como dos utentes dos serviços da justiça.

Participaram nas sessões de formação na Província de Luanda, 1.798 (Mil setecentos e noventa e oito) funcionários, de um universo de 2.147 (Dois mil cento e quarenta e sete), que representa 84%.

Este ano, as sessões de moralização para o combate à corrupção e à impunidade estendem-se para os funcionários afectos às Delegações Provinciais das restantes 17 Províncias.

Prevê-se de igual modo, a colocação de cartazes e roll-ups com dizeres contra a corrupção nos postos de serviços das Delegações Provinciais assim como “Outdoors” nas principais artérias e nos principais pontos das Capitais Provinciais e municípios.

A segunda fase consiste na realização de auditorias regulares para a monitorização de falhas decorrentes do incumprimento da lei, das boas práticas e princípios de boa governação e a 3ª, na responsabilização criminal dos infractores, fruto das auditorias realizadas.



***Senhor utente
esta instituição
não tem corrupção
não contamine o ambiente***